



## Congresso analisa Orçamento e veto dos royalties na terça

June de Araújo/Agência Senado



Ao lado de Henrique Alves, presidente da Câmara, Renan Calheiros concede entrevista: quase 1.500 vetos prejudicados

Após a derrubada, pelo STF, da liminar que obrigava a apreciação de vetos em ordem cronológica, presidentes do Senado e da Câmara marcaram a sessão. “O processo legislativo não pode ficar pela metade”, disse Renan

O veto presidencial sobre a distribuição dos royalties do petróleo será o primeiro item da ordem do dia da sessão do Congresso na próxima terça-feira, seguido pelo projeto de lei orçamentária de 2013, que aguarda aprovação desde dezembro. As bancadas do Rio de Janeiro e do Espírito Santo temem a derrubada do veto à Lei dos Royalties. “Se não for

possível votar o Orçamento na mesma sessão, ficará para quarta-feira”, explicou o deputado Henrique Alves. A apreciação dos demais vetos pendentes será definida posteriormente pelos líderes do Congresso, segundo Renan Calheiros. O presidente do Senado acrescentou que ao menos 1.478 dispositivos dos mais de 3 mil vetados podem ser considerados prejudicados, o que aliviará a pauta. **3**

### Jurista provoca polêmica sobre novo Código Penal

Na retomada dos debates sobre a iniciativa que prevê mudanças no Código Penal, Miguel Reale Júnior foi contundente ao afirmar que as impropriedades do projeto podem torná-lo

“vergonha internacional”. No mesmo tom, o procurador Luiz Carlos Gonçalves, que relatou o texto na comissão de juristas, disse que a crítica corresponde a uma visão dos “anos 80”. **4 e 5**

Críticas de Reale Júnior (2º à dir.) foram rebatidas por Gonçalves (E) em debate que contou com a presença de Pedro Taques, Eunício Oliveira (C) e Jorge Viana

Jose Cruz/Agência Senado



### Ana Rita e Capiberibe vão dirigir CDH

Senadora quer consolidar Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como porta de entrada para

demandas da sociedade e como espaço legítimo para debater diferentes visões acerca dos direitos humanos. **7**

Genildo Menezes/Agência Senado



Suplicy coordena sessão que elegeu, por aclamação, a presidente Ana Rita e o vice-presidente João Capiberibe

**Decreto que acaba com 14º e 15º salários será assinado hoje 2**

**Ampliação de programa de ensino técnico terá audiência pública 6**

**Projeto que veta magreza extrema nas passarelas na pauta da CAS 2**

**Comissão fará ciclo de debates sobre cenário internacional 8**





Plenário do Senado, 9 de maio de 2012: senadores aprovam projeto de Gleisi Hoffmann que reduz ajuda de custo

## Renan assina hoje fim do 14º e 15º salários de parlamentar

Iniciativa proposta e aprovada pelo Senado em 2012 foi confirmada pela Câmara na quarta-feira. O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que processo de extinção de privilégios vai continuar

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, assina hoje, às 12h, o Decreto Legislativo 210/13, que acaba com o pagamento de ajuda de custo aos parlamentares federais no início e no final de cada ano. A solenidade será na sala de audiências da Presidência do Senado e deverá contar com o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves.

A extinção dos chamados 14º e 15º salários foi proposta pela senadora licenciada Gleisi Hoffmann (PT-PR), atual ministra-chefe da Casa Civil. Aprovada pelo Senado em maio de 2012, foi confirmada pela Câmara na quarta-feira.

Com a decisão, o benefício criado em 1946, quando o Rio de Janeiro ainda era a capital federal, continua valendo somente para o primeiro e o último mês dos mandatos dos senadores e deputados.

Ao lado de Henrique Alves, Renan disse ontem que as medidas de austeridade buscam aproximar o Congresso da sociedade.

— O Senado está fazendo uma reforma administrativa profunda, a Câmara extinguiu o 14º e o 15º salários e vamos dar continuidade à extinção de qualquer privilégio que seja detectado daqui pra frente.

O presidente do Senado lembrou que, em 2006, quando comandou a Casa pela primeira vez, acabou com as convocações extraordinárias e reduziu os recessos parlamentares para 30 e 15 dias, no fim e no meio do ano, respectivamente.

— Isso proporcionou uma economia de R\$ 100 milhões. E essas convocações eram tidas como 16º e 17º salários. Eu lembrei isso para dizer que esse processo vai em frente.

Renan e Henrique Alves anunciaram novas medidas visando à modernização do Congresso. Uma das ações será a substituição do papel pelo meio digital no trânsito de documentos entre as duas Casas. O senador informou que será criada uma página na internet exclusiva para o Congresso. O *Diário do Congresso Nacional* vai passar a ser digital, como os da Câmara e do Senado.

— Hoje, utiliza-se muito papel e, enfim, encarece e burocratiza — disse.

Também será formada uma comissão mista para a reforma do Regimento Comum, com seis senadores e seis deputados.

Renan declarou que não vai rever a decisão de extinguir o serviço médico do Senado. No entanto, considerou democráticas as reações de servidores insatisfeitos com a medida.

## João Vicente propõe flexibilizar Lei de Responsabilidade Fiscal



As dificuldades enfrentadas pelos municípios brasileiros têm uma vertente econômica e outra político-eleitoral, segundo João Vicente Claudino (PTB-PI). Quarta-feira, no Plenário, ele destacou reportagem do jornal *O Dia*, do Piauí, que mostra que 80% das prefeituras do Brasil estão impedidas de estabelecer convênios com a União devido a impedimentos jurídicos.

O senador defendeu o Projeto de Lei do Senado (PLS) 350/09, de autoria dele, que modifica a Lei de Responsabilidade Fiscal para flexibilizar exigências nas transferências de recursos para os municípios. O Piauí é o estado que apresenta prefeituras com mais problemas: 96% dos municípios têm restrições para fazer convênios com o governo federal.

Para João Vicente, o Brasil está dividido em dois países, pois uma eleição decide os governadores e o presidente da República e outra decide os prefeitos. Ele disse que é preciso unificar as eleições para fortalecer os canais e aumentar a sintonia administrativa.

## Capiberibe destaca implantação plena da Lei da Transparência

João Capiberibe (PSB-AP) destacou ontem a proximidade de implantação plena da Lei Complementar 131/09, proveniente de projeto de autoria dele, que obriga a divulgação de dados relativos a receitas e despesas dos Três Poderes, em todas as esferas, em tempo real pela internet. A partir de 27 de maio, a chamada Lei da Transparência passa a valer para os 4.968 municípios com menos de 50 mil habitantes. As 612 cidades com mais de 50 mil moradores já são submetidas à exigência desde 2011.

A lei deu prazo de quatro anos para que os pequenos municípios se adaptassem à obrigação. A norma abrange orçamento, origem das receitas, dívidas, pagamentos, nomes dos servidores com cargos e salários e todas as informações sobre compras públicas.

No mesmo pronunciamento, o parlamentar leu trechos do artigo “Quanto custa o Congresso Nacional”, de Gil Castello Branco, da ONG Contas Abertas. Para o economista, o Congresso custou R\$ 9 bilhões ao erário no ano passado.



## Texto limita multa que hotel cobra de cliente que cancela contrato

A Lei Geral do Turismo (Lei 11.771/08) poderá restringir o valor da multa cobrada pelos hotéis em caso de cancelamento ou alteração em contrato de hospedagem. A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) deverá decidir, em caráter terminativo, sobre essa limitação às empresas do setor, prevista em projeto de lei de Ana Amélia (PP-RS).

A proposta (PLS 43/13) garante ao hóspede o direito de rescindir o contrato de hospedagem independentemente do motivo alegado ou da tarifa cobrada. Assegura ainda a devolução da quantia paga, possibilitando, entretanto, o desconto máximo de 10% desse valor a título de multa.

Essas garantias, de acordo com o texto, também serão estendidas ao consumidor que solicitar mudança no esquema de hospedagem.

Ao justificar o projeto, Ana Amélia chamou atenção para a “expressiva” quantidade de consumidores que enfrentam recusa dos estabelecimentos hoteleiros em fazer o cancelamento da reserva e devolver os valores pagos antecipadamente, sem falar na obrigação de cumprir uma “exagerada” cláusula compensatória.

## Comissão analisa proibição de magreza extrema em passarelas

Projeto que proíbe magreza exagerada de modelos e manequins aguarda votação final da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com parecer favorável do senador licenciado Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

O projeto (PLS 691/07), do ex-senador Gerson Camata, proíbe a exibição de modelos com índice de massa corporal (IMC) inferior a 18 em eventos, vídeos e fotografias. O IMC é calculado pela divisão do peso (em quilos) pela altura ao quadrado (em metros) e torna-se preocupante quando o resultado fica abaixo de 18,5.

O projeto prevê multas de R\$ 1 mil a R\$ 5 milhões a empresas de eventos comerciais ou promocionais, concursos, desfiles e produtoras de peças publicitárias que desrespeitem o índice. Também estão sujeitos a punição promotores de eventos e patrocinadores, agências, recrutadores e empresas de comunicação. O valor poderá ser duplicado quando houver reincidência.

— Muitas adolescentes, no afã de ingressar na carreira, sujeitam-se a regimes de alimentação prejudiciais à saúde, que causam, não raras vezes, distúrbios graves — diz Mozarildo, no parecer.

### CORREÇÃO

O *Jornal do Senado* identificou equivocadamente o senador Cyro Miranda (PSDB-GO) como se fosse o senador Ciro Nogueira (PP-PI), na legenda da foto principal da página 9, na edição de ontem (nº 3.820). A imagem mostra Cyro Miranda logo após ter sido eleito para presidir a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Pronunciamentos e comunicados

9h Sem votação de matérias, a sessão não deliberativa será destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.

### PRESIDÊNCIA Visita aos veículos de comunicação

10h O senador Renan Calheiros visita os veículos de comunicação social do Senado; às 10h30, recebe o Grupo Juventude do PMDB de Alagoas; às 11h30, participa da Convenção Nacional da Juventude do PMDB; às 20h30, participa de jantar oferecido aos convencionais do PMDB, no Hotel Nacional.

### CONGRESSO Fim do 14º e 15º salários

12h Em solenidade na sala de audiências da Presidência do Senado, Renan Calheiros assina o decreto que disciplina pagamento da ajuda de custo aos parlamentares federais.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Presidentes do Senado e da Câmara fixaram data após STF derrubar liminar que obrigava apreciação de vetos em ordem cronológica

## Congresso se reunirá na terça-feira para votar royalties e Orçamento

OVETO DA presidente Dilma Rousseff ao projeto de lei dos royalties do petróleo será o primeiro item da ordem do dia da sessão do Congresso Nacional marcada para a próxima terça-feira. Em seguida, os deputados federais e senadores tentarão examinar o projeto de lei orçamentária de 2013, que deveria ter sido aprovado em dezembro.

A decisão sobre os temas foi tomada ontem pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves.

— Vamos, na mesma sessão, votar o veto aos royalties e o Orçamento. O processo legislativo não pode ficar pela metade. É obrigação do Congresso Nacional apreciar um a um todos os vetos. A sociedade cobra isso — disse Renan.

A apreciação dos demais vetos presidenciais pendentes, segundo o presidente do Senado, será definida posteriormente pelos líderes do Congresso.

Segundo Renan, ao menos 1.478 dispositivos dos mais de 3 mil itens vetados pela Presidência da República podem ser considerados prejudicados, o que aliviará a pauta — uma proposta é considerada prejudicada quando perdeu oportunidade ou foi julgada antes pelo Plenário em outra deliberação.

— Dos vetos, 1.478 podem ser considerados prejudicados, ressaltando claro o direito de recursos em Plenário. Vamos fazer tudo para simplificar esse processo de apreciação de vetos. Nossa preocupação é como melhor conduzir a sessão do Congresso Nacional.

A possibilidade de o Congresso examinar o veto ao projeto dos royalties do petróleo foi garantida anteontem pelo Supremo Tribunal Federal (STF), ao derrubar a liminar que havia sido concedida pelo ministro Luiz Fux determinando que senadores e deputados analisassem



Henrique Eduardo Alves e Renan Calheiros tratam da reunião do Congresso marcada para a terça

em ordem cronológica todos os mais de 3 mil vetos presidenciais pendentes da votação do Legislativo. Em dezembro, a Advocacia do Senado entrou com uma ação no STF para que a liminar de Fux fosse revogada.

### Rio de Janeiro

Fux atendeu a uma ação apresentada por parlamentares do Rio de Janeiro, que queriam evitar que os vetos ao projeto dos royalties feitos pela presidente Dilma Rousseff fossem derrubados pelo Congresso. O projeto foi aprovado ampliando a fatia de royalties que cabe aos estados não produtores de petróleo e reduzindo a dos produtores (como o Rio de Janeiro) tanto nos contratos de exploração já em vigor quanto nos futuros contratos. Dilma vetou o trecho que tratava dos contratos já em vigor, conforme o desejo dos estados produtores. Os parlamentares dos estados não produtores querem derrubar o veto.

Com a decisão de anteontem do STF, o Congresso pode votar os vetos

presidenciais na ordem que lhe for mais conveniente, e não mais em ordem cronológica. Isso abre caminho para que os vetos ao projeto dos royalties ganhem prioridade na pauta.

O Orçamento 2013 não foi votado também por causa da decisão de Fux. Apesar de o ministro ter esclarecido que sua liminar abrangia só os vetos presidenciais, e não os projetos de lei em geral, a Advocacia-Geral da União (AGU) recomendou que o projeto orçamentário não fosse votado até que o plenário do STF desse sua palavra final a respeito da ordem de votação dos vetos.

Indagado sobre a possibilidade de as bancadas do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, estados produtores de petróleo, tentarem tumultuar a votação, o presidente da Câmara, Henrique Alves, disse acreditar que a sessão será simples.

— Se possível, vamos votar o veto e o Orçamento na mesma sessão. Se não for possível, ficará para quarta-feira. Sou otimista. Acho que vai ser uma votação simplificada — afirmou.

## Aloysio: STF não liberou apreciação do Orçamento

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) manifestou-se contrário à reunião do Congresso Nacional marcada para a próxima terça-feira para votar o Orçamento da União de 2013.

Em reunião ontem, Renan e o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, decidiram que o veto parcial da presidente Dilma Rousseff ao projeto de lei dos royalties do petróleo será o primeiro item da ordem do dia da sessão do Congresso. Logo em seguida, os parlamentares tentarão votar o projeto de lei orçamentária de 2013.

No entendimento de Renan e Alves, a possibilidade de o Congresso examinar tanto o veto ao projeto dos royalties quanto o Orçamento foi garantida anteontem com a derrubada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por 6 votos a 4, da liminar do ministro Luiz Fux que obrigava o Congresso a votar os vetos em ordem cronológica.

Na visão de Aloysio, no entanto, essa é uma interpretação errônea da decisão do STF. O senador disse que a Constituição “é claríssima” em seu artigo 66, que diz que, “esgotado o



Para Aloysio, votação será inconstitucional

prazo de 30 dias”; o veto será colocado na ordem do dia, ficando as outras decisões suspensas. Para o senador, a liberdade de escolha, fora da ordem cronológica, deveria ocorrer apenas entre os vetos — o que excluiria a possibilidade de apreciação de outras matérias, inclusive a lei do Orçamento.

— Da decisão de ontem [quarta-feira], pode-se concluir que Renan pode escolher o veto que ele entender que merece a atenção prioritária dos congressistas — argumentou o senador.

Aloysio disse que, na abertura da

sessão do Congresso, vai formular uma questão de ordem sobre a apreciação do Orçamento. Ele chegou a dizer que não descarta ir ao STF para que a Constituição seja respeitada.

— Isso [será feito] para que o Orçamento não seja clandestino ou frágil, sujeito a questionamentos judiciais — explicou.

### Preguiça

Aloysio disse que os congressistas não estão cumprindo a obrigação de dar a última palavra do processo legislativo com a apreciação dos vetos. Ele acrescentou que muitas leis não estão com o processo completo, por culpa do próprio Congresso.

O senador afirmou que os parlamentares não podem dar o mau exemplo de preguiça no exercício do mandato, pois votar é uma obrigação dos deputados e dos senadores.

— O veto não pode ser visto como um estorvo. O Congresso tem a obrigação de decidir, pois isso é intrínseco ao Legislativo. Como o Congresso quer se fazer respeitar se não respeita a si mesmo e a Constituição?

## Vanessa comemora sucesso da Zona Franca de Manaus

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou ontem os 46 anos da Zona Franca de Manaus, que, segundo ela, tem estimulado o desenvolvimento da região com viabilidade econômica e melhoria da qualidade de vida das populações locais.



A senadora explicou que as indústrias no Polo Industrial de Manaus, base desse modelo, apresentam baixo impacto ambiental e contribuem para a preservação de 98% da floresta. Atualmente, acrescentou, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) atua nos polos comercial, industrial e agropecuário, integrando toda a região para inseri-la de forma competitiva no mercado internacional.

Em 2012, disse Vanessa, as empresas do polo fecharam o ano com faturamento da ordem de R\$ 73 milhões, apesar da crise econômica mundial. De acordo com a Suframa, o número está 6,4% acima do faturamento de 2011. Os bens de informática cresceram 26% e representam, sozinhos, 11,5% de todo o faturamento. Além disso, em dezembro de 2012 havia quase 117 mil postos de trabalho diretos, sendo a média anual de mais de 120 mil empregos. O número supera em 3% a média relativa de 2011, que já tinha sido considerado o melhor ano da história da Zona Franca.

Vanessa disse ainda que a Receita Federal e indicadores da indústria apontam que o Amazonas sozinho participa com mais da metade da arrecadação de impostos do Norte.

— Isso mostra que a Zona Franca não é tão franca assim, porque lá se paga muito tributo. Lá se paga Imposto de Renda, PIS, Cofins e a taxa de administração da Suframa, que tem contribuído para o superávit primário, mas deveria ser investido no Amazonas, no Acre, em Roraima, no Amapá e em Rondônia — defendeu.

## Reunião de comissão mista de MP do setor elétrico é adiada

A reunião da comissão do Congresso Nacional destinada a examinar a Medida Provisória 591/12, prevista para ontem, foi adiada por falta de quórum. A MP trata das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Composta por 14 senadores e 14 deputados, a comissão mista é presidida pelo deputado Marcelo Castro (PMDB-PI) e tem como vice-presidente o senador Francisco Dornelles (PP-RJ). A relatoria está sob a responsabilidade do senador Acir Gurgacz (PDT-RO). O relator-revisor é o deputado Fernando Ferro (PT-PE).



# Projeto de Código Penal gera críticas e defesa

Durante debate, jurista afirma que texto pode ser objeto de “vergonha internacional”. Um dos autores do anteprojeto responde que críticas referem-se a apenas 5% dos artigos

A REABERTURA DOS debates sobre o projeto de novo Código Penal, ontem, foi marcada por discordâncias em audiência pública. Um dos maiores críticos da proposta (PLS 236/12), o jurista Miguel Reale Júnior chegou a pedir a suspensão do texto para ampla revisão por novo grupo de especialistas.

— O texto apresenta impropriedades de tamanha grandeza, que ele pode vir a ser objeto de vergonha internacional — afirmou Reale.

O procurador Luiz Carlos Gonçalves, relator da comissão de juristas que elaborou o anteprojeto, reagiu de forma enfática. Afirmando não se sentir constrangido com críticas e admitindo a necessidade de correções, ele acusou Reale de, pela imprensa, pronunciar-se de forma desrespeitosa sobre os profissionais que integram a comissão designada pelo Senado.

— Meu pai me ensinou que educação, cordialidade e lha-neza não são mera formalidade, pois indicam a igualdade entre as pessoas — declarou.

Reale citou diversos dispositivos do texto que, a seu ver, são imprecisos ou apresentam problemas técnicos e conceituais. Na Parte Geral, a mais criticada, ele apontou erros na definição do princípio da insignificância, utilizado para excluir a punição nos casos de crime patrimonial de pouca expressividade. Disse que, no projeto, se exclui o “fato criminoso” em si e que isso seria uma impropriedade jurídica.

— Não se traz doutrina para dentro do código simplesmente para ter modernidade. É preciso deixar consagrado aquilo que não está causando problemas dentro da Parte Geral — recomendou Reale.

O jurista também condenou o fim da figura do livramento condicional, em que o condenado, após cumprir



O procurador Luiz Carlos Gonçalves e os senadores Pedro Taques e Jorge Viana ouvem o jurista Miguel Reale Júnior apontar imprecisões e problemas conceituais no texto que vem sendo analisado pelo Senado



Integrantes da comissão especial que analisa o projeto participam da audiência que teve manifestações de entidades que combatem maus tratos a animais

parte da pena, pode ser posto em liberdade se preencher requisitos. Para ele, o país corre o risco de ter muito mais gente nas prisões, já que a medida também está sendo acompanhada do aumento das penas para crimes mais violentos.

## Barganha

Reale criticou também a instituição da figura da barganha, por eliminar o processo e induzir o acusado, mesmo se inocente, a aceitar uma condenação mínima apenas pelo temor das dificuldades para provar que não tem culpa. Outra ressalva foi ao tratamento dado ao parente envolvido em eutanásia. Reale disse ser favorável à distinção, mas não da forma apresentada, por permitir perdão ao “parente que mata” independentemente de diagnóstico médico.

— Quantos velhinhos vão

olhar com desconfiança o suco de laranja que o filho sequioso lhe traz! — comentou.

O jurista apontou ainda a desproporção entre penas de diferentes tipos de crime, com excessos em alguns casos e pouco rigor em outros. Diante de cartazes de entidades que pedem punição contra maus tratos a animais, ele citou a pena mínima de um mês de prisão por omissão de socorro a criança abandonada e a pena de um ano de prisão para abandono de animal.

Com ironia, citou ainda a pena que pode ser imposta no caso de molestamento de cetáceos (baleias e golfinhos), de dois a cinco anos, aplicada em dobro em caso de morte do animal.

— É um passeio pelo absurdo, daí a minha preocupação — disse, defendendo a suspensão do exame do projeto.

## Para procurador, ataques têm visão dos anos 80

Para o procurador Gonçalves, a avaliação de Reale corresponde a uma exposição do Direito Penal dos “anos 80”. Ele salientou que as reformas anteriores, uma delas com a participação de Reale, ocorreram durante regimes de exceção, sem os debates que hoje são possíveis.

Gonçalves negou que a proposta tenha caráter “encarcerador”. Em sua opinião, o texto reduz as penas excessivamente encarceradoras para muitos tipos de crime. Ele explicou que o código vigente possui dois regimes de distensão da pena e, por isso, a comissão excluiu o livramento condicional. Justificou as correções na progressão de regime, que passa a ter regras mais rígidas.

— Do mesmo modo que outras pessoas, nós não

entendemos o sistema atual, em que a pessoa cumpre apenas um sexto da pena e pode ficar livre. É inconstitucional, não protege o sistema jurídico e a pessoa humana — afirmou.

O procurador disse que as críticas de Reale não alcançam mais do que 5% dos 502 artigos do anteprojeto. Ele condenou a insistência do jurista nos ataques ao projeto e disse que essa postura ganhou contornos de “instrumento propagandístico vulgar e de baixa qualidade”.

## Senadores

Em diversos momentos, Gonçalves admitiu que o grupo que trabalhou no anteprojeto cometeu erros. Ele citou a inadequada gradação de algumas penas. Esses erros, explicou, poderiam ter sido evitados com mais tempo para a elaboração

da proposta. O procurador ressaltou que as falhas podem ser corrigidas pela comissão especial de senadores.

— Quem, se não os representantes do povo, estaria legitimado para fazer as correções? Não somos infalíveis, nem o papa, embora agora tenhamos acabado de descobrir que ele é renunciável — observou.

O projeto do novo código será debatido em audiências públicas até o fim do semestre. Depois será reaberto o prazo para apresentação de emendas. Pedro Taques (PDT-MT), relator da proposta, acredita que a votação na comissão ocorrerá até outubro. Em seguida, o texto passará pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e pelo Plenário, antes de seguir para a Câmara dos Deputados, se aprovado.

## Aloysio Nunes Ferreira comemora “degelo” da discussão do novo texto

Autor de diversas emendas ao projeto do novo Código Penal, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) saudou a audiência pública com o jurista Miguel Reale Júnior como o início do “degelo” em torno de convicções sobre a matéria.

— Eu sentia que havia uma cristalização entre os que participaram da comissão de juristas, zelosos e

querendo que o seu trabalho fosse reconhecido, e, por outro lado, professores, advogados, juízes, procuradores que viam com reserva o projeto. Isso poderia levar a uma situação de impasse ou de deslegitimação do novo código — ponderou.

O senador manifestou preocupação quanto à revogação de leis penais com a implementação do texto.

Ele receia que fiquem descobertos alguns campos da vida social que merecem ser olhados com cuidado.

Isso justifica, por exemplo, suas dúvidas sobre os efeitos da revogação da lei das contravenções penais.

Crítico do projeto, Miguel Reale Júnior também comemorou o “degelo”, mas insistiu em não haver acionamento no processo de aprovação.

## João Costa condena tratamento a aborto e drogas

O senador João Costa (PPL-TO) considerou uma “vergonha” o tratamento dispensado pelo projeto de reforma do Código Penal à questão do aborto e do porte de entorpecentes para consumo próprio.

Apesar de reconhecer a polêmica envolvendo esses temas, o

relator do anteprojeto na comissão de juristas, Luiz Carlos Gonçalves, argumentou que o melhor serviço a ser prestado à sociedade era não fugir deles. E reiterou que as mudanças introduzidas no projeto nessas áreas foram objeto de amplo debate e aprovação por maioria na comissão de juristas.

## Relator do projeto, Taques pede calma e diz que texto não será votado de forma apressada

Pedro Taques, relator da comissão que examina o projeto, pediu calma aos que cobram dele uma rápida tramitação da proposta. O senador advertiu para a necessidade de muito debate, inclusive para que os cidadãos de um modo geral possam ser ouvidos, e não apenas os especialistas.

Ao longo do semestre, informou Taques, serão realizadas audiências públicas para discutir o texto do projeto tanto em Brasília quanto em outras cidades.

— Não há razão para tomarmos decisões apressadas. Mas também não quero colocar meu nome em algo que não termine — declarou o senador.

Sobre as críticas feitas por Reale, Taques assinalou que muitas levaram a modificações no projeto, como é o caso da desproporção entre as penas. O jurista voltou a classificar como absurdo que a pena mínima para o crime de omissão de socorro a criança abandonada seja de um mês de prisão, quando a omissão de socorro a um animal foi fixada em um ano de prisão.

Taques quer que o novo Código Penal “se deixe contaminar pelo espírito cidadão” da Constituição:

— Envergonha a legislação nacional e a sociedade brasileira o fato de não termos um novo Código Penal — afirmou.

## Mudanças

O relator está fazendo mudanças na proposta. Novas idéias poderão ser levadas em consideração, com a reabertura do prazo para apresentação de emendas, que havia se encerrado em novembro. O registro de emendas poderá ser feito depois do período de audiências públicas.

Ao comparar a iniciativa atual de reforma com as anteriores, Taques disse que as outras comissões “padeeceram de um vício de origem: a hipertrofia do Executivo”. Na visão do senador, “o nosso constitucionalismo entende o Poder Executivo como monárquico, imperial”. Como desta vez a iniciativa de reforma do Código Penal partiu do Senado, as funções do Poder Legislativo “foram restauradas”, facilitando o livre debate e a riqueza das contribuições, com maiores chances de sucesso para o novo código.

## Drauzio Varella e Fernando Henrique devem debater intersetoriação compulsória

Uma das polêmicas no projeto de novo Código Penal é a intersetoriação compulsória para usuários de drogas. Esse tema deverá ser debatido em audiência pública com a participação de Drauzio Varella e do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. A informação foi prestada pelo relator, Pedro Taques, após Ana Amélia (PP-RS) questionar o tratamento dado ao tema na proposta.

— Vamos debater se a intersetoriação compulsória ofende a dignidade da pessoa humana ou se isso não ocorreria se deixássemos os usuários largados nas ruas — disse Taques.

Ana Rita (PT-ES) reivindicou a inclusão da perspectiva de gênero e questionou se o tema dos direitos humanos foi incorporado como limitador da aplicação penal. O procurador Luiz Carlos Gonçalves respondeu que o tema foi considerado a ponto de ser tratado em um título específico na proposição.



Piauí é o 26º estado em competitividade, adverte Ciro



Benedito diz que estado ganhou 70 indústrias desde 2009

## Ciro Nogueira cobra reformas para Piauí atrair investimento

Ciro Nogueira (PP-PI) manifestou preocupação com estudo publicado pelo grupo The Economist segundo o qual o Piauí ocupa a 26ª posição entre os estados mais competitivos do Brasil.

O senador explicou que o estudo avaliou o preparo dos estados e sua capacidade de atrair investimentos estrangeiros. Dessa forma, lamentou, o Piauí ocupa uma das piores posições.

Para Ciro Nogueira, é preciso “avançar e erguer a cabeça” diante da pesquisa. Ele reconhece que o cenário é preocupante e exige reformas urgentes para promover o aumento da capacidade produtiva para atrair investimentos estrangeiros e nacionais.

Das oito categorias analisadas no estudo, o Piauí ficou em último lugar em cinco: ambiente econômico; recursos humanos; política para investimentos estrangeiros, inovação e sustentabilidade; regime tributário e regime regulatório.

No quesito infraestrutura, o estado ficou à frente de nove estados, mas a nota é “muito ruim”, disse Ciro.

— O Piauí é um gigante adormecido, o povo padece com a falta de política para atrair investimento — afirmou.

## Empresas juniores podem ganhar regulamentação

Regulamentar a criação e a organização das empresas juniores é o objetivo do projeto PLS 437/12, do senador José Agripino (DEM-RN).

Empresa júnior é aquela criada por estudantes universitários no âmbito de suas faculdades com o objetivo de aprender em prática o que estudam em sala de aula.

O projeto de lei aguarda designação de relator na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A proposta de Agripino proíbe que a empresa júnior seja vinculada a partido político. Poderá associar-se à empresa todo estudante regularmente matriculado no curso de graduação ao qual a empresa é vinculada. O trabalho desses estudantes ficará enquadrado como voluntário. A empresa júnior poderá admitir outras pessoas físicas ou jurídicas que desejem colaborar.

De acordo com o projeto, as empresas juniores só poderão prestar serviços que estejam inseridos no conteúdo programático específico do respectivo curso de graduação ou que sejam atribuição da categoria profissional desse curso. As empresas juniores terão gestão autônoma em relação a qualquer outra entidade



José Agripino, autor do projeto de lei que prevê regras para as empresas juniores

acadêmica, e suas atividades serão orientadas e supervisionadas por professores ou profissionais especializados. Apesar de terem fins educacionais, e não lucrativos, essas empresas poderão cobrar por serviços ou produtos.

## Aspecto financeiro

As empresas juniores ficarão proibidas de captar recursos financeiros para seus integrantes ou para a instituição de ensino e de propagar qualquer forma de ideologia e pensamento político-partidário.

A renda obtida pela empresa por meio de seus serviços ou produtos terá de ser reinvestida na própria empresa e sua atividade educacional. Ficará permitida a contratação de empresas juniores por partidos políticos para serviços de consultoria e publicidade.

Benedito de Lira (PP-AL) comemorou o desenvolvimento econômico acentuado pelo qual passa Alagoas. O senador atribuiu o bom momento do estado à competência do governo estadual e ao apoio do governo federal.

Desde 2009, afirmou ele, mais de 70 novas indústrias foram instaladas em Alagoas, além de 25 novos hotéis e 30 novos grandes comércio varejistas. Entre 2009 e 2001, acrescentou, houve crescimento de 45% nos empregos formais.

Tudo isso, comemorou Benedito, está diminuindo a concentração de renda em Alagoas e melhorando a qualidade de vida dos alagoanos. Segundo ele, a Secretaria de Planejamento do Estado de Alagoas definiu algumas áreas como prioritárias para receber investimentos públicos, inclusive do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal. Entre as áreas destacadas, estão o turismo, a construção do Canal do Sertão, as indústrias químico-plástica e sucro-energética, o comércio, os serviços e a indústria naval.

Os investimentos nessas áreas afetam a pecuária, a agroindústria, a fruticultura e outras atividades, explicou o senador, beneficiando milhares de pequenos empreendedores e a agricultura familiar.



# Audiência debaterá ampliação de programa para o ensino técnico

MP que motiva a reunião aumenta oferta de bolsa estudantil e permite que instituições privadas de ensino superior participem do Pronatec

REPRESENTANTES DO MINISTÉRIO da Educação e de 14 entidades da área deverão ser convidados para um debate com senadores e deputados sobre a ampliação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). A audiência pública foi aprovada ontem pela comissão mista encarregada de examinar medida provisória (MP 593/12) que amplia a lista dos beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante.

A MP prevê a participação voluntária, no Pronatec, de instituições privadas de ensino superior. Essa possibilidade já se estende aos serviços nacionais de aprendizagem (Senai, Senac, Senar e Senat) e instituições privadas de educação profissional e tecnológica. A oferta de Bolsa-Formação Estudante, uma das ações do programa, também é ampliada pela medida provisória, que recebeu 38 emendas de deputados e senadores.



Aula inaugural de cursos técnicos do Senac em Itabira (MG): oferta da Bolsa-Formação Estudante foi ampliada por MP

Pela Lei 12.513/11, essa oferta era restrita a estudantes matriculados no ensino médio público para fazer simultaneamente cursos de formação profissional técnica. Agora, com a medida provisória, essa bolsa destina-se também a

alunos da educação de jovens e adultos da rede pública, trabalhadores, beneficiários de programa federal de transferência de renda e estudantes que tenham concluído o ensino médio na rede pública ou, na condição de bolsista

integral, na rede privada.

No requerimento para a realização da audiência pública, o deputado Izalci (PSDB-DF) considera importante conhecer a posição das entidades ofertantes de educação profissional e tecnológica.

## Paulo Paim parabeniza a CUT pela atuação ao longo de 30 anos

Paulo Paim (PT-RS) comemorou, na quarta-feira, os 30 anos da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ele lembrou a excelente relação que mantém com as centrais sindicais e disse que o momento é marcante para o país.

— A CUT sempre foi firme na defesa dos direitos e

conquistas dos trabalhadores brasileiros, e isso é motivo de orgulho para todos nós, que estivemos lá, na sua fundação.

O senador explicou que a CUT, fundada em agosto de 1983, é a maior central sindical da América do Sul, a quinta da América Latina e representa 22 milhões de trabalhadores. Lembrou que a entidade surgiu em um momento em que o Brasil estava mergulhado em uma crise com inflação descontrolada, dívida externa elevada e desemprego.

Paim enumerou, entre as bandeiras defendidas pela CUT, o fim da Lei de Segurança Nacional e do regime militar, o combate ao desemprego, a implementação da reforma agrária, o reajuste trimestral de salários e a liberdade e autonomia sindical.

## Projeto incentiva qualificação de engenheiros e arquitetos

Parte da renda líquida dos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia (Creas) poderá ser aplicada no aperfeiçoamento técnico e cultural de seus integrantes, bem como no custeio da fiscalização de obras públicas inacabadas e de edificações sujeitas a inspeções periódicas. Projeto de lei do Senado com esse objetivo, do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), está pronto para entrar na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A lei que trata do exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo determina que somente recursos advindos de multas possam ser investidos no aperfeiçoamento profissional da categoria. No entanto, como os conselhos adotam fiscalização mais

voltada à orientação do que à punição, os recursos arrecadados são insuficientes para qualificar os profissionais.

Segundo Crivella, sua proposta (PLS 31/12) partiu de sugestão do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) e de conselhos regionais, em decorrência da impossibilidade de realizar a atualização de quase 1 milhão de profissionais com os recursos destinados legalmente a esse fim.

A proposta inicial destina parte da receita líquida dos conselhos apenas para a qualificação. Emenda do relator na CAS, senador Cyro Miranda (PSDB-GO), estendeu a medida para o custeio da fiscalização de obras públicas e de inspeções periódicas, para ampliar a capacidade de trabalho das entidades.

## Tecnologia móvel exige qualidade, afirma Pinheiro

O aumento do uso da tecnologia móvel e da busca por vídeos e imagens, como vem ocorrendo na saúde e na educação, impõe o desafio de ampliar as redes, com qualidade e eficiência, segundo Walter Pinheiro (PT-BA). Ele participou do Mobile World Congress 2013, evento mundial de tecnologia móvel que terminou ontem em Barcelona, na Espanha, onde Pinheiro representou a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

O senador lembra que na área de saúde é fundamental a qualidade da transmissão.

— A experiência de um profissional que está mais distante, em centros mais avançados, será transmitida com precisão, e ele terá certeza de que as informações e imagens serão disponibilizadas a todos os participantes daquela experiência — explicou.

No evento, Pinheiro conheceu aplicativo utilizado em programa de atendimento à saúde das famílias e ferramentas para o trabalho dos agentes comunitários, além de sistema de transmissão de imagem na telemedicina.

O senador contou que o sistema centralizado de emergências poderá ser implantado na Bahia, para melhorar o atendimento e evitar repetição de exames.



Central representa 22 milhões de trabalhadores, lembra o senador



Pinheiro participou de evento mundial de tecnologia na Espanha

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portela

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333



# Ana Rita: comissão é fórum para demanda social

Eleita presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a senadora quer possibilitar o diálogo entre as diferentes visões e terá Capiberibe como vice

ELEITA POR ACLAMAÇÃO ontem para presidir a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Ana Rita (PT-ES) quer consolidar o papel do colegiado como porta de entrada para demandas da sociedade. Ela terá ao lado, como vice-presidente, João Capiberibe (PSB-AP).

Para a senadora, o tema dos direitos humanos está na ordem do dia no Brasil e no mundo e, pelo dinamismo e pluralidade, a CDH se transformou em referência para a sociedade.

Ana Rita apresentou diretrizes para a gestão, no biênio 2013-2014 e destacou desafios, como possibilitar o diálogo entre as diferentes visões sobre os direitos humanos.

— Em nome dos direitos humanos, se defende e se critica a Comissão da Verdade. Em



Ana Rita e Capiberibe pediram aos demais membros da CDH que apresentem sugestões de prioridades para o ano

nome dos direitos humanos, se defende e se critica a interinação compulsória de pessoas vitimadas pelas drogas. O Parlamento, com espaço plural, é o local legítimo para debater essas diferentes visões acerca dos direitos humanos. E a CDH é o espaço mais específico que o Parlamento oferece para esse debate — frisou.

Com Capiberibe, a senadora pediu aos demais membros da comissão que apresentem sugestões de prioridades para o ano. Ela também pretende definir uma agenda de trabalho

que contemple os anseios dos diferentes segmentos organizados da sociedade.

— A CDH é muito utilizada pelas diversas entidades da sociedade civil, movimentos sociais e entes governamentais para divulgar, debater e encaminhar políticas, ações, programas que dizem respeito à defesa, à ampliação e à consolidação dos direitos humanos em nosso país — lembrou.

A nova presidente da CDH quer sintonia com as políticas afirmativas do governo federal voltadas para os direitos

humanos das mulheres e homens, dos negros e negras, dos índios e índias, dos idosos e idosas, das pessoas com deficiência, das crianças e adolescentes, dos povos da floresta, entre outros.

Segundo a senadora, que será a primeira mulher a presidir a CDH, ela vai buscar uma atuação próxima à Comissão de Direitos Humanos da Câmara.

É intenção de Ana Rita acompanhar os desdobramentos da CPI mista que investiga a violência contra a mulher e a

tramitação da PEC do Trabalho Escravo, além da regulamentação do Estatuto da Igualdade Racial, entre outros temas. Ela apresentou sugestão, apoiada por Capiberibe, para que a CDH acompanhe de forma permanente a atuação da Comissão Nacional da Verdade.

A senadora considerou importante realizar reuniões temáticas para discutir, entre outros temas, trabalho escravo, igualdade racial e situação carcerária.

## Despedida de Paim

Ana Rita elogiou o trabalho realizado pelo antecessor, Paulo Paim (PT-RS).

— Estar assumindo a presidência da Comissão de Direitos Humanos após o mandato do senador Paim é um grande desafio. Paim tem dinâmica e fôlego de trabalho muito grandes e transformou esta comissão realmente em uma grande referência para a sociedade civil organizada, não só para os movimentos de direitos humanos, mas para todos os movimentos sociais, para os movimentos sindicais, para entidades de categorias profissionais — disse.

## Eduardo Suplicy lembra o Dia Mundial das Doenças Raras



Em pronunciamento, Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou o Dia Mundial das Doenças Raras, 28 de fevereiro, e a apresentação de três projetos de autoria dele sobre o tema.

O PLS 159/11 institui o Dia Nacional das Doenças Raras, a ser também celebrado no último dia de fevereiro. O

projeto está na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde aguarda realização de audiência pública para instrução.

O PLS 711/11, que institui a Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Doença Rara, encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde é relatado por Paulo Bauer (PSDB-SC). O projeto considera doença rara a condição patológica, debilitante e incapacitante cuja prevalência seja inferior a 65 casos por 100 mil habitantes.

Já o PLS 231/12, que cria o Fundo Nacional de Pesquisa para Doenças Raras e Negligenciadas, conta com parecer favorável da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e aguarda designação de relator na CAS.

Suplicy ressaltou que os portadores de doenças raras enfrentam dificuldades e preconceitos e acabam isolados devido à falta de estrutura adequada em escolas, locais de trabalho e locais de lazer, sem condições para atingir plenitude social.

## Acre trabalha para exportar mais carne suína, afirma Anibal



Anibal Diniz (PT-AC) falou da participação dele na negociação com o Ministério da Agricultura para a certificação do Acre como zona livre de doença suína. O senador espera que, cumpridos os requisitos do governo, o Acre possa expandir a exportação de produtos de origem animal para o Peru e a Bolívia.

— As exigências são rígidas, e nós mesmos fazemos questão de que seja assim. Quanto mais rígidas forem as exigências, melhor para que a certificação seja plena de méritos, que é o que está acontecendo.

O senador relatou a série de reuniões do governador Tião Viana nos municípios do Acre com o objetivo de apresentar os planos e coordenar ações estratégicas. Anibal destacou a natureza “republicana” desse diálogo, que inclui prefeituras de partidos de oposição ao governo do estado.

Ele também elogiou os governos Lula e Dilma pelos investimentos realizados no Acre.

— É um estado muito pequeno, com uma população aproximada de 800 mil habitantes, mas, mesmo assim, o Acre recebeu um olhar muito carinhoso, muito generoso, muito solidário por parte do presidente Lula e está tendo o melhor olhar carinhoso e solidário por parte da presidente Dilma — disse.

## Viana cita compromisso do país de erradicar hanseníase até 2015



Jorge Viana (PT-AC) registrou a participação no 14º Encontro do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan), no Rio.

Na evento, o governador do Acre, Tião Viana, foi agraciado com o Troféu Bacurau, que leva o nome

de um dos fundadores do Morhan, entidade sem fins lucrativos voltada para a eliminação da hanseníase (no passado conhecida como lepra).

Tião Viana, disse o senador, lembrou que nos anos 80, no governo José Sarney (1985-1990), foi aprovada lei que proibia a queima de títulos de eleitor dos portadores de hanseníase. A Medida Provisória (MP) 103/89 revogou o dispositivo da lei eleitoral que estabelecia a esterilização dos títulos de eleitor das pessoas com a doença. Em 1995, foi aprovada a Lei 9.010, estabelecendo a proibição do uso do termo “lepra” em documentos de órgãos públicos. Jorge Viana ressaltou que o então senador Tião Viana apresentou um projeto de lei criando uma pensão especial para aqueles que foram vítimas da hanseníase. Depois, o presidente Lula sancionou lei prevendo a concessão de pensão às pessoas com hanseníase submetidas à internação compulsória.

Jorge Viana acrescentou que o governo Dilma Rousseff está assumindo o compromisso de livrar o país da hanseníase até 2015.

## Condição de pessoa com deficiência poderá constar de documento

Poderá ser incluída na cédula de identidade, a pedido do titular, a condição de pessoa com deficiência. Projeto com esse objetivo (PLS 39/13) foi apresentado por Gim (PTB-

DF) e tramita na Comissão de Direitos Humanos em caráter terminativo.

A informação no documento terá prazo indeterminado, no caso de deficiência

permanente, e de dois anos, renovável por igual período, se a deficiência for temporária ou mental. No caso de reserva de vagas em concursos públicos e de recebimento de benefícios

monetários ou tributários, a identidade não eximirá a pessoa de submeter-se a novos exames médicos, se assim for especificado em edital.

Gim destacou que o objetivo

é reduzir transtornos que as pessoas com deficiência enfrentam, como ter de apresentar atestados médicos a fim de comprovar o estado e obter benefícios conferidos por lei.



# Cenário internacional será tema de debates

O novo presidente da Comissão de Relações Exteriores, Ricardo Ferraço, pretende dar início, em março, a um ciclo de discussões com participação de acadêmicos e diplomatas

O NOVO PRESIDENTE da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), pretende dar início, ainda no mês de março, a um ciclo de debates sobre o cenário internacional, com a participação de acadêmicos e diplomatas.

O anúncio foi feito pelo senador logo após a abertura da segunda reunião ordinária deste ano da comissão, realizada ontem.

Entre os temas que o presidente da comissão pretende levar a debate, está uma avaliação dos resultados obtidos pelo Brasil após duas décadas de abertura comercial.

Ele considera oportuno discutir a evolução do comércio externo brasileiro ao longo do período, pois a situação internacional mudou desde então.

— Se havia 70 acordos regionais de comércio em 1990, agora existem cerca de 300.



CRE: debates devem analisar impacto para Brasil e Mercosul de acordos internacionais como a Rodada Doha e as parcerias transatlântica e da região do Pacífico

A Rodada Doha, lançada em 2001 pela Organização Mundial do Comércio, está paralisada — afirmou.

Ferraço destacou ainda que acaba de ser lançada pelo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, a proposta de acordo entre os EUA e a União Europeia, chamada de parceria transatlântica. Também está em debate uma

parceria na região do Oceano Pacífico.

— Qual seria o impacto desses acordos para o Brasil e sua aliança preferencial com o Mercosul? — questionou.

O senador defendeu a presença anual no Congresso do presidente da República para, como se faz nos Estados Unidos, promover um amplo debate sobre a situação do

país e as perspectivas para o ano que se inicia.

Ainda na reunião de ontem, por falta de quórum, não chegaram a ser apreciados três requerimentos, apresentados por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Alvaro Dias (PSDB-PR), relativos à recente visita ao Brasil da blogueira cubana Yoani Sánchez.

Os senadores pedem a

presença no Senado, para prestar esclarecimentos sobre incidentes ocorridos durante a visita, do embaixador de Cuba no Brasil, Carlos Zamora Rodríguez; do ministro de Relações Exteriores, Antonio Patriota; e do secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho. Os requerimentos deverão estar na pauta da próxima reunião da CRE.



Waldemir Buarque/Agência Senado

Governo só vê o imediato e não realiza projetos de longo prazo, diz Cristovam

## Cristovam aponta falta de solidez na política econômica brasileira

A diferença fundamental entre o mercado internacional e o Brasil, segundo Cristovam Buarque (PDT-DF), é que os outros países conseguem realizar projetos econômicos de longo prazo. O senador citou algumas medidas de “curtíssimo prazo” adotadas pelo governo federal, como a redução da tarifa de energia elétrica, mas que vão trazer “um preço altíssimo no futuro”.

— Em vez de investirmos em fontes alternativas de energia, estamos insistindo na velha forma de produzir energia elétrica. O investidor estrangeiro não olha se, de imediato, a venda de automóveis aumentou por causa da isenção fiscal, ele olha o longo prazo: se aumentou por causa da eficiência e como estão as estradas — afirmou.

Cristovam disse que a quantidade de pacotes econômicos lançados pelo governo comprova que o Brasil não tem solidez na economia e que países como México, Colômbia, Peru e Chile, apesar de menores, atraem mais capital porque transmitem mais confiança.

## Flexa Ribeiro critica desempenho do PT na gestão da economia

Os programas de estímulo à economia anunciados pelo governo foram classificadas por Flexa Ribeiro (PSDB-PA) como “pirotecnia”.

— As coisas lançadas não se tornam realidade. São, na maioria, lamentavelmente esquecidas. É só aquele estardalhaço do lançamento e depois é voo de galinha — lamentou.

Ele citou artigo do economista Luiz Carlos Mendonça de Barros, publicado na *Folha de S. Paulo*, que critica as “condições inaceitáveis” impostas pelo governo Dilma Rousseff às concessionárias privadas — situação que geraria desconfiança dos investidores e desaceleração da economia. O senador mencionou dados do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) que registram quase dois anos seguidos de investimento negativo do país.

Flexa disse ainda que o *road show* do Ministério da Fazenda para mostrar projetos brasileiros a potenciais investidores internacionais “é inútil, porque Guido Mantega não transmite credibilidade”.



Márcio Kolumbe/Agência Senado

Flexa: programas são lançados com festa, mas não se tornam realidade



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para Inácio, o aumento dos juros é sempre a alternativa “mais amarga”

## Inácio rejeita aumento da taxa de juros para tentar conter a inflação

O aumento da taxa de juros não é o único mecanismo para controlar a alta de preços, destacou Inácio Arruda (PCdoB-CE). O senador classificou as taxas de juros no Brasil como absurdas. Para ele, os juros até podem ser usados como instrumento de controle da inflação, mas não como é feito no Brasil, como única medida.

— Nós não temos que sempre tomar o remédio mais amargo — protestou.

Inácio também criticou a política de estoque de superávit primário adotada pelo Brasil.

— O mecanismo não atrai investidores e nenhum outro país está aderindo a essa política insustentável. Não tenho escutado de nenhum dirigente europeu que irá adotar uma política tão austera que exija uma geração de superávit primário de tal monta — disse.

O senador ainda comemorou decisão do Supremo Tribunal Federal que cassou, na quarta-feira, a liminar que determinava o exame dos vetos presidenciais pelo Congresso em ordem cronológica.

## Ana Amélia faz apelo por fortalecimento da indústria naval nacional

Ana Amélia (PP-RS) lamentou a perda de empregos da indústria naval brasileira para a China. A senadora disse que mais da metade dos postos de trabalho no Estaleiro Inhaúma, na Baía de Guanabara (RJ), estão ameaçados pela possível transferência de partes das obras de quatro plataformas da Petrobras para a China.

Ana Amélia disse que o Brasil precisa ser mais competitivo e deve dar continuidade a políticas de desenvolvimento como a da nacionalização da indústria naval. O setor, na opinião dela, deve absorver tecnologias modernas em vários campos.

A senadora mencionou a abertura de consulta pública pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) para discutir os percentuais de conteúdo nacional (o atual é de 70%) a partir de março. As dúvidas, de acordo com ela, poderão ser sanadas se a presidente da Petrobras, Graça Foster, comparecer à CAE. Outra oportunidade de debate será a 2ª Feira do Polo Naval, em Rio Grande (RS), de 12 a 15 de março.



Waldemir Buarque/Agência Senado

Senadora pede a geração de novos negócios em setores competitivos



Marcos Oliveira/Agência Senado

Armando elogia fundo estadual de Pernambuco para fortalecer municípios

## Pacto federativo é desafio para Congresso, diz Armando Monteiro

É preciso “refundar o federalismo”, tornando mais cooperativa a relação da União com os estados e os municípios, disse Armando Monteiro (PTB-PE).

O senador lembrou que o Congresso tem alguns desafios relacionados ao pacto federativo: novas regras de partilha dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE), revisão do indexador das dívidas dos estados e municípios e reforma do ICMS.

Armando afirmou que essas são questões importantes, mas que é preciso investir em medidas inovadoras para fortalecer os elos de cooperação entre os entes federados.

— Os estados têm papel estratégico na relação entre os municípios e a União — disse.

Ele elogiou a iniciativa do governador de Pernambuco, Eduardo Campos, que criou um fundo de desenvolvimento dos municípios, com repasses de R\$ 228 milhões para as prefeituras, sem a necessidade de convênios, para diminuir a burocracia, mas com a fiscalização dos órgãos de controle.